



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA

### Departamento de Licitação e Contratos

#### EDITAL

#### AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

**PROCESSO N.º 013/2026 -DISPENSA Nº 001/2026**

**PROCESSO SEI Nº 3512100.407.00000339/2026-25**

**OBJETO:** contratação de empresa especializada para a aquisição de material de gêneros alimentícios Ovos de Chocolate, para serem distribuídos aos alunos das unidades escolares municipais e dos projetos subsidiados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações e quantitativos de acordo com o Termo de Referência.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA torna público, em atendimento ao disposto no §3º do art. 75 da Lei nº 14.133 de 2021 e no art. 121 do Decreto nº. 2.236/2024, a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa, pelo **menor preço Global**, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência já mencionado.

<b>Recebimento das propostas até</b>	<b>Data limite: 23/03/2026 - Horário: 17:00 horas</b>
<b>Julgamento das propostas apresentadas</b>	<b>Data limite: 24/03/2026 - Horário: 09:00 horas</b>

<b>Download de edital e anexos:</b>	O Edital completo, anexos e complementos poderão ser retirados no site da Prefeitura Municipal de Colômbia -SP disponível no endereço eletrônico: <a href="https://colombia.sislicita.com.br/portal">https://colombia.sislicita.com.br/portal</a> no portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <a href="https://licitanet.com.br/">https://licitanet.com.br/</a> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, disponível no endereço eletrônico: <a href="https://pncp.gov.br/">https://pncp.gov.br/</a>
<b>Informações:</b>	Agente de Contratação – Setor de Compras - Telefone: (17) 3335-8517. Atendimento: 08hs às 11hs e das 13hs às 17hs. E-mail: <a href="mailto:licitacao@colombia.sp.gov.br">licitacao@colombia.sp.gov.br</a>

Colômbia/SP, na data da assinatura digital.

JULIO CESAR DOS SANTOS – Prefeito

## **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA ELETRONICA (SEM DISPUTA)**

**PROCESSO N.º 013/2026 -DISPENSA Nº 001/2026**

**PROCESSO SEI Nº 3512100.407.00000339/2026-25**

Torna-se público que a **Prefeitura Municipal de Colômbia**, Estado de São Paulo, por meio do Departamento de licitações, realizará **Dispensa de Licitação**, do tipo “**menor preço**”, com critério de julgamento “menor preço”, em conformidade com o art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 2.236/2024 e exigências estabelecidas neste Aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as condições do quadro de detalhamento a seguir:

DATA DA SESSÃO:	<b>DIA 24/03/2026, ÀS 09:00 HORAS</b>
LOCAL:	<a href="https://licitanet.com.br/">https://licitanet.com.br/</a>

### **1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para a aquisição de material de gêneros alimentícios Ovos de Chocolate, para serem distribuídos aos alunos das unidades escolares municipais e dos projetos subsidiados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações e quantitativos de acordo com o Termo de Referência.

1.2. A contratação será feita conforme tabela abaixo:

<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>QTDE.</b>	<b>VR. REF.UNIT.</b>	<b>VR. REF.TOTAL</b>
1	Ovos de Choclates ao Leite	1.731	22,90	39.639,90
2	Ovos de Choclates zero Lactose	25	80,00	2.000,00
3	Ovos de Choclates Diet	10	80,00	800,00
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>42.439,90</b>

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observado o valor máximo aceitável apurado através do orçamento estimável, do item e demais exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

### **2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA – SEM DISPUTA**

2.1. O aviso será divulgado no Diário Oficial do Município de Colômbia.

2.2. O fornecedor é integralmente responsável pelas ações praticadas diretamente ou por meio de representante, não cabendo à Administração responsabilizar-se por eventuais danos, inclusive os causados por terceiros.

2.3. É vedada a participação de fornecedores:

- a) Que não atendam aos requisitos deste Aviso e seus anexos;
- b) Estrangeiros sem representação legal no país com poderes para responder judicial e administrativamente.

2.4. Também ficam impedidos de participar:

- a) Autores de anteprojeto, projeto básico ou executivo vinculados ao objeto da contratação;
- b) Empresas envolvidas na elaboração de projetos ou com vínculo societário relevante com seus autores;
- c) Pessoas físicas ou jurídicas sancionadas com impedimento de contratar com o poder público;
- d) Quem possua vínculo pessoal ou profissional com dirigentes, fiscais ou gestores do contrato, inclusive parentes até o terceiro grau;
- e) Empresas coligadas, controladas ou controladoras entre si;
- f) Condenados com trânsito em julgado, nos últimos cinco anos, por trabalho infantil, trabalho análogo à escravidão ou contratação ilegal de adolescentes.

2.5. Consideram-se autores de projeto também as empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico.

2.6. A vedação da alínea “c” estende-se a fornecedores que atuem como substitutos para burlar sanções, inclusive se controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito.

2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), quando atuando nessa qualidade, são impedidas (conforme Acórdão TCU nº 746/2014 – Plenário).

2.8. Sociedades cooperativas também estão impedidas de participar.

2.9. É vedada a participação, direta ou indireta, de agente público da entidade contratante, observando-se os impedimentos decorrentes de conflito de interesses, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

### **3. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E ENVIO DA PROPOSTA**

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da Dispensa ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca/fabricante do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. O cadastro da proposta implica compreensão da integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- a) O fornecedor não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto na contratação.
- b) Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão do local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

- a) A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega

das propostas.

b) Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os interessados poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la até o horário de abertura da sessão pública;

3.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

3.10. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

a) Até a presente data encontra-se desimpedida de participar da licitação obrigando-se, ainda a declarar, sob as penalidades cabíveis a superveniência de fato impeditivo da habilitação;

b) Declara que possui pleno conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas no Edital;

c) Declara que aceita a todas as condições estipuladas no Edital, ressalvada a hipótese de impugnação;

d) Que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da lei, que a licitante concorda e se submete a todos os termos, normas e especificações pertinentes ao Edital, bem como às Leis, Decretos, Portarias e Resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação;

e) Que todos os documentos e informações são fieis e verdadeiras;

f) Que não possui, em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

g) Que não constam em nossos quadros societários colaboradores do(a) órgão promotor do Dispensa eletrônico que mantenham vínculo familiar com detentor de cargo de comissão ou função de confiança, atuante na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior;

h) Que nos preços cotados já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostor, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre o fornecimento;

i) Que está plenamente ciente do teor e das implicações jurídicas sobre as declarações acima emitidas e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la. Por ser a expressão da verdade e de nossa livre vontade, firmamos a presente para os fins de direito a que se destina.

j) Declara ainda que: a proposta apresentada para participar do Dispensa Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Dispensa, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

k) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.12. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.13. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.14. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.9 ou 3.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

#### **4. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA NEGOCIAÇÃO**

4.1. Encerrado o prazo para envio da proposta, o órgão ou entidade realizará a verificação da conformidade das propostas recebidas, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, ordenando a classificação.

a) No caso da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para contratação, o Agente de Contratação poderá encaminhar contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

b) A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

4.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da Dispensa, devendo esta ser anexada aos autos do processo da contratação.

4.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta readequada, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

a) Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta poderá, caso solicitado, encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, com os valores adequados à proposta vencedora.

4.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o Agente de Contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>)

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

c) Relação de apenados no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>)

d) Relação de inabilitados e inidôneos do Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:14282513921855>)

4.5. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o agente de contratação julgará inabilitada a licitante.

4.6. Verificadas as condições de participação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada

em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

4.7. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.8. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

4.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **5. DA HABILITAÇÃO**

### **Habilitação Jurídica e Fiscal:**

- a) Registro comercial, para empresa individual;
- b) ato constitutivo, em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, caso não seja entregue por ocasião de credenciamento;
- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- e) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativas com as Fazendas - Federal, Estadual (Dívida ativa estadual, e débitos tributários não inscritos), Municipal, da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei.
- f) Certificado de regularidade de débito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) no âmbito nacional, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

### **Habilitação Econômico – financeiro:**

- a) Comprovação regularidade econômico-financeiro Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

## **6. DA CONTRATAÇÃO**

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. O adjudicatário terá o prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

a) Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante meio eletrônico (e-mail), para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

b) O prazo no subitem anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica no reconhecimento de que:

- a) a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

c) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

6.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência, ou seja, no período de **10 (dez) dias**.

6.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **7. DAS SANÇÕES**

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que incidir em quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) dar causa à inexecução total do contrato;
  - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a
- a) licitação ou a execução do contrato;
  - b) fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta Dispensa;
  - e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, em processo de aplicação de penalidade, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, conforme estabelecido no art. 158 do Decreto Municipal n. 2.236/2024, (link do decreto: <https://www.colombia.sp.gov.br/Arquivos/Downloads/028b85e9-457f-45b0-bf87-ef174ff1e8f4.pdf>)

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se os demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **8. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.**

8.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência dos atos licitatórios e eventual execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto do certame, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

8.2. Os licitantes comprometem-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da eventual execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

8.3. O tratamento é limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço a ser contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição do Município de Colômbia.

8.4. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

8.5. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Município de Colômbia, para os atos licitatórios e para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação e que estes dados poderão ser disponibilizados no portal da transparência do município de Colômbia.

8.6. As licitantes declaram que têm ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

8.7. A futura CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. No caso de todos os interessados restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

a) republicar o presente aviso com uma nova data;

a) valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

b) No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

c) fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências das alíneas “a” e “b” acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.



9.4. Caberá ao interessado acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II - FORMULÁRIO MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA;

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME EPP;

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO.

Colômbia/SP, na data da assinatura digital.

JULIO CESAR DOS SANTOS – PREFEITO MUNICIPAL

Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar dos Santos, Prefeito Municipal**, em 17/03/2026, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://cidades.sei.sp.gov.br/barretos/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://cidades.sei.sp.gov.br/barretos/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0167515** e o código CRC **4A8DAAE8**.





## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

Dispensa de licitação para aquisição de material de gêneros alimentícios OVOS DE CHOCOLATE, para serem distribuídos aos alunos das unidades escolares municipais e dos projetos subsidiados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como as famílias atendidas no CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, em comemoração à páscoa.

#### 2. JUSTIFICATIVA

A presente aquisição se faz necessário tendo em vista incentivar a interação social das Famílias atendidas no CRAS – Centro de Referência da Assistência Social e também dos alunos com o ambiente escolar, visto que as escolas desenvolvem projetos é uma tradição que ressaltam aspectos culturais sobre os significados da páscoa e do ovo que a representa, sendo que a entrega dos referidos ovos demonstra o resultado final desses projetos.

#### 3. ESPECIFICAÇÃO/QUANTIDADE

OVOS DE PÁSCOA CHOCOLATE AO LEITE			
ITEM	UN.	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	QUANTIDADE
1	UN.	CEMEI VERA LUCIA MONTEIRO PRADO - PRÉ ESCOLA -MERENDA	149
2	UN.	CEMEI FRANCISCA AVELAR LOUZADA - PRÉ ESCOLA - MERENDA	121
3	UN.	CEMEI MARIA APARECIDA GUANIERI - ENSINO INFANTIL - MERENDA	65
4	UN.	EMEF MAÇAO NOZAKI - ED FUNDAMENTAL -MERENDA	211
5	UN.	EMEF. BRUNO ANTÔNIO PRADO - ED FUNDAMENTAL - MERENDA	176
6	UN.	EMEF. GIL ALEXANDRE BORGES - ED FUNDAMENTAL - MERENDA	129
7	UN.	EMEF. SANTA DO PRADO MAXIMIANO- - ED FUNDAMENTAL -MERENDA	524
8	UN.	ESCOLA ESTADUAL ALICE FONTOURO - ENSINO MÉDIO- MERENDA	156
9	UN.	SERVIÇO DE CONVIÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS (PAIF)	200
		<b>TOTAL</b>	<b>1.731</b>

OVOS DE PÁSCOA INTOLERÂNCIA ALIMENTAR 2025			
ITEM	UN.	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	QUANTIDADE.
1	UN.	CEMEI VERA LUCIA MONTEIRO PRADO - PRÉ ESCOLA -MERENDA	3
2	UN.	CEMEI FRANCISCA AVELAR LOUZADA - PRÉ ESCOLA - MERENDA	1
3	UN.	EMEF MAÇAO NOZAKI - ED FUNDAMENTAL -MERENDA	3
4	UN.	EMEF. BRUNO ANTÔNIO PRADO - ED FUNDAMENTAL - MERENDA	3
5	UN.	EMEF. SANTA DO PRADO MAXIMIANO- - ED FUNDAMENTAL -MERENDA	13
6	UN.	ESCOLA ESTADUAL ALICE FONTOURO - ENSINO MÉDIO- MERENDA	2
		<b>TOTAL</b>	<b>25</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP**  
**CNPJ: 52.381.720/0001-48**



OVOS DE PÁSCOA DIET 2025			
ITEM	UN.	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	QUANTIDADE
1	UN.	CEMEI MARIA APARECIDA GUANIERI - ENSINO INFANTIL - MERENDA	2
2	UN.	EMEF. SANTA DO PRADO MAXIMIANO - ED FUNDAMENTAL -MERENDA	3
3	UN.	ESCOLA ESTADUAL ALICE FONTOURO - ENSINO MÉDIO- MERENDA	5
TOTAL			10

**4. PRAZO/LOCAL/ CONDIÇÕES DE ENTREGA E EXECUÇÃO/ GARANTIAS**

Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 10 dias consecutivos, após o recebimento da Ordem de compra, na Secretaria de Assistência Social situado no seguinte endereço:

Rua: José da Mata, nº 668 –Bairro Centro – CEP: 14795-000- Colômbia/SP.

Horário de atendimento do Prédio de segunda a sexta- feira das 8:00 hr ao 12:00hr e das 13:00 hr as 16:30hr (exceto feriados e pontos facultativos).

A entrega deverá ser previamente agendada com Fiscal de Contrato para que o mesmo possa realizar o recebimento e conferência das mercadorias, que deverão seguir criteriosamente as Ordens de Compras, com garantia de troca se vierem com defeitos.

**5. FISCALIZAÇÃO**

Fica designado o seguinte servidor como fiscal de Contrato:

NOME	CPF:	SETOR	E-MAIL
Maria Eridam de Lima Faxina	313.267.408-73	Secretaria Municipal Assistência Social	<a href="mailto:pmcfundosocial@colombia.sp.gov.br">pmcfundosocial@colombia.sp.gov.br</a>

**6. CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

Pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis, após apresentação da Nota Fiscal devidamente visada e atestada pelo fiscal de contrato.

**7. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O fornecimento será selecionado por meio da realização de procedimento de **Dispensa De Licitação**, na modalidade de **Menor Preço Unitário**.

**8. DA GARANTIA**

Os itens a serem adquiridos devem possuir garantia conforme preleciona o Código de Defesa do Consumidor em sua Seção III – Da Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço. (Lei Federal nº 8.078/1990).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP**  
**CNPJ: 52.381.720/0001-48**



**9. VALOR DE REFERÊNCIA**

COMPOSIÇÃO OVOS DE CHOCOLATES				
ITE M	DESCRIÇÃO	QTDE.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Ovos de Chocolates ao Leite	1.731	22,90	39.639,90
2	Ovos de Chocolates zero Lactose	25	80,00	2.000,00
3	Ovos de Chocolates Diet	10	80,00	800,00
TOTAL				42.439,90

Pesquisa de Preços realizada através cotações realizada com fornecedores da região, conforme anexos.

Valor do Processo é de R\$ 42.439,90 (Quarenta e dois mil quatrocentos e trinta e nove reais e noventa centavos).

Colômbia, 05 de março de 2026.

**Sinara Silva Machado dos Santos**  
**Secretaria M Assistência Social**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP

CNPJ: 52.381.720/0001-48



## PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	<p><b>OVO DE PÁSCOA DE CHOCOLATE AO LEITE</b></p> <p>chocolate ao leite em formato de ovo de páscoa composto por: chocolate ao leite (gordura vegetal, leite em pó integral zero lactose, cacau em pó, açúcar, emulsificante lecitina de soja e aromatizantes), O ovo deverá ter em seu interior no mínimo um bombom de 10g, de chocolate ao leite sem lactose, sem glúten com pistache. Produto deve conter vitamina A, B1, cálcio, magnésio, ferro e zinco. Pode conter outros ingredientes que não descaracterizem o produto, inclusive vitaminas e minerais. Produto deverá ser isento de glúten.</p> <p>O peso unitário do Ovo deverá ser de no mínimo 200g. Embalagem primária o produto deverá ser embalado individualmente, com papel laminado em chumbo prata embrulhados em papel fantasia com etiqueta contendo os dizeres de rotulagem exigidos pela legislação. Amarrados com fitilho.</p> <p>Informação Nutricional: Valor energético (Kcal) máximo 560 Kcal/100g; Carboidrato máximo 65 g/100g; Proteína mínimo 6 g/100g; Gorduras Totais máximo 40 g/100g; Sódio máximo 110mg/100g; Vitamina A mínimo 158 µg/100g; Vitamina B9 mínimo 68mg/100g; Vitamina D mínimo 3,0 µg/100g; Cálcio mínimo 298 mg/100g; Ferro mínimo 0,8 mg/100g; Zinco mínimo 0,3 mg/100g;</p> <p>MICROBIOLOGICAS: Serão adotados os critérios e padrões especificados na Resolução n. 724 de 01/07/22 e IN n. 161 de 01/07/22 – ANVISA.</p> <p>MICROSCOPICAS E/OU MACROSCOPICAS: Serão adotados os critérios e padrões especificados na RDC 623/22. Histologia: Obrigatório presença dos ingredientes da composição e ausência de ingredientes estranhos a composição. O produto deverá ter validade mínima de 8 meses.</p> <p>EMBALAGEM: O produto deverá ser embalado em papel chumbo prata e embrulhado em papel fantasia contendo as informações nutricionais, ingredientes e dados do fabricante, peso líquido e validade. A embalagem final do produto deverá ser caixa de papelão reforçado, com sustentação dos ovos para acondicionamento de no mínimo 25 unidades. Considerar-se-á imprópria para o consumo a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração.</p>	UN.	1731	R\$ 22,90	R\$ 39.639,90



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP

CNPJ: 52.381.720/0001-48



2	2	<p><b>OVO DE PÁSCOA DE CHOCOLATE DIET</b></p> <p>Composto por: Chocolate ao leite em formato de ovo de páscoa composto por: cobertura de chocolate ao leite (gordura vegetal, leite em pó integral zero lactose, cacau em pó, edulcorante, emulsificante lecitina de soja e aromatizantes), O ovo deverá ter em seu interior no mínimo um bombom de 10g, de chocolate ao leite sem açúcar, sem glúten e sem lactose com pistache. Produto deve conter vitamina A, B1, cálcio, magnésio, ferro e zinco. Pode conter outros ingredientes que não descaracterizem o produto, inclusive vitaminas e minerais. Produto deverá ser isento de glúten, lactose e açúcar.</p> <p>O peso unitário do Ovo deverá ser de no mínimo 200g. Embalagem primária o produto deverá ser embalado individualmente, com papel laminado em chumbo prata embrulhados em papel fantasia com etiqueta contendo os dizeres de rotulagem exigidos pela legislação. Amarrados com fitilho. Informação Nutricional: Valor energético (Kcal) máximo 560 Kcal/100g; Carboidrato máximo 60 g/100g; Proteína mínimo 6 g/100g; Gorduras Totais máximo 40 g/100g; Sódio máximo 110mg/100g; Vitamina A mínimo 158 µg/100g; Vitamina B9 mínimo 68mg/100g; Vitamina D mínimo 3,0 µg/100g; Cálcio mínimo 298 mg/100g; Ferro mínimo 0,8 mg/100g; Zinco mínimo 0,3 mg/100g;</p> <p>MICROBIOLOGICAS: Serão adotados os critérios e padrões especificados na Resolução n. 724 de 01/07/22 e IN n. 161 de 01/07/22 – ANVISA. MICROSCOPICAS E/OU MACROSCOPICAS: Serão adotados os critérios e padrões especificados na RDC 623/22. Histologia: Obrigatório presença dos ingredientes da composição e ausência de ingredientes estranhos a composição.</p> <p>O produto deverá ter validade mínima de 8 meses. EMBALAGEM: O produto deverá ser embalado em papel chumbo prata e embrulhado em papel fantasia contendo as informações nutricionais, ingredientes e dados do fabricante, peso líquido e validade. A embalagem final do produto deverá ser caixa de papelão reforçado, com sustentação dos ovos para acondicionamento de no mínimo 25 unidades. Considerar-se-á imprópria para o consumo a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deteri+C8:C12oração.</p>	UN.	10	R\$ 80,00	R\$ 800,00
---	---	--	-----	----	-----------	------------



# PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP

CNPJ: 52.381.720/0001-48



3	3	<p><b>OVO DE PÁSCOA DE CHOCOLATE ZERO LACTOSE</b></p> <p>Composto por: Chocolate ao leite em formato de ovo de páscoa composto por: cobertura de chocolate ao leite sem lactose (gordura vegetal, leite em pó integral zero lactose, cacau em pó, açúcar, emulsificante lecitina de soja e aromatizantes), O ovo deverá ter em seu interior no mínimo um bombom de 10g, de chocolate ao leite sem lactose e sem glúten com pistache. Produto deve conter vitamina A, B1, cálcio, magnésio, ferro e zinco. Pode conter outros ingredientes que não descaracterizem o produto, inclusive vitaminas e minerais. Produto deverá ser isento de lactose e glúten.</p> <p>O peso unitário do Ovo deverá ser de no mínimo 200g. Embalagem primária o produto deverá ser embalado individualmente, com papel laminado em chumbo prata embrulhados em papel fantasia com etiqueta contendo os dizeres de rotulagem exigidos pela legislação. Amarrados com fitilho.</p> <p>Informação Nutricional: Valor energético (Kcal) máximo 560 Kcal/100g; Carboidrato máximo 65 g/100g; Proteína mínimo 6 g/100g; Gorduras Totais máximo 40 g/100g; Sódio máximo 110mg/100g; Vitamina A mínimo 158 µg/100g; Vitamina B9 mínimo 68mg/100g; Vitamina D mínimo 3,0 µg/100g; Cálcio mínimo 298 mg/100g; Ferro mínimo 0,8 mg/100g; Zinco mínimo 0,3 mg/100g;</p> <p>MICROBIOLOGICAS: Serão adotados os critérios e padrões especificados na Resolução n. 724 de 01/07/22 e IN n. 161 de 01/07/22 – ANVISA. MICROSCOPICAS E/OU MACROSCOPICAS: Serão adotados os critérios e padrões especificados na RDC 623/22. Histologia: Obrigatório presença dos ingredientes da composição e ausência de ingredientes estranhos a composição.</p> <p>O produto deverá ter validade mínima de 8 meses. EMBALAGEM: O produto deverá ser embalado em papel chumbo prata e embrulhado em papel fantasia contendo as informações nutricionais, ingredientes e dados do fabricante, peso líquido e validade. A embalagem final do produto deverá ser caixa de papelão reforçado, com sustentação dos ovos para acondicionamento de no mínimo 25 unidades. Considerar-se-á imprópria para o consumo a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração.</p>	UN.	25	R\$ 80,00	R\$ 2.000,00
TOTAL						R\$ 42.439,90





# PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP

CNPJ: 52.381.720/0001-48



Colômbia, 05 de março de 2026.

SINARA SILVA MACHADO DOS SANTOS  
SECRETARIA DE ASSSISTÊNCIA SOCIAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA**

**Departamento de Licitação e Contratos**

**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**DISPENSA Nº ..... - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº .....**

**OBJETO:** contratação de empresa especializada para a aquisição de material de gêneros alimentícios Ovos de Chocolate, para serem distribuídos aos alunos das unidades escolares municipais e dos projetos subsidiados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações e quantitativos de acordo com o Termo de Referência.

Razão Social:

Endereço Completo:

CNPJ:

Telefone:

e-mail:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTD.	VR. UNIT.	VR TOTAL
1	Ovos de chocolate ao leite	1.731		
2	Ovos de chocolates zero lactose	25		
3	Ovos de chocolates diet	10		

**TOTAL GELRAL** \_\_\_\_\_ **R\$**-----**(XXXXX)**

**DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO**

NOME:

CPF: RG:

ENDEREÇO COMERCIAL:

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

FONE:

E-MAIL:

**DADOS BANCÁRIOS**

BANCO: NÚMERO DO BANCO:

AGÊNCIA: CONTA CORRENTE:

Local, xx de xxxx de 2025.

Ass. Responsável / Repres. Legal Cargo:

CPF:

Carimbo da Empresa

### **ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

Prezado (as) Senhores (as):

A Empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_,

DECLARA expressamente que:

- a) Que não foram declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas;
- b) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- d) que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidores ou agentes políticos ou que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- e) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- f) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- h) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- i) Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

Colômbia/SP \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
[LICITANTE]

[assinatura do(s) representante(s) legal(is)]

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA,**

**MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Prezado (as) Senhores (as):

A Empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_,

DECLARA que está regularmente enquadrada na categoria:

( ) MICROEMPRESA (ME), nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), nos termos do §1º, art. 18-A da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), nos termos do inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

A LICITANTE declara sua ciência de que perderá o direito ao tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 caso incorra em quaisquer situações previstas no § 4º do art. 3º da referida Lei, assim como, por qualquer motivo, deixe de se enquadrar na categoria declarada

Colômbia/SP \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
[LICITANTE]

[assinatura do(s) representante(s) legal(is)]

## **ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO**

### **CONTRATO N. .... /2026**

### **PROCESSO N. .... /2026 - DISPENSA N. .... /2026**

Pelo presente instrumento as partes abaixo-assinadas, de um lado o **MUNICÍPIO DE COLÔMBIA**, inscrito no CNPJ sob nº 52.381.720/0001-48, com sede na Rua Antônio Prado, 1161, centro, em Colômbia/SP, neste ato representado pelo Prefeito JULIO CESAR DOS SANTOS, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, designado CONTRATADO, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, portador da Cédula de Identidade xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº. xxxxxxxxxxxxxxxx, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº. xxx/2026 e, em observância às disposições da [Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, celebram o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº. xxx/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 92, I e II, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021)**

1.1.O objeto do presente instrumento para XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1.1. O prazo de vigência da contratação é de **XXXXXXXXXXXXXXXXX meses**, contados do(a) assinatura de contrato, podendo ser prorrogado em conformidade com o art. 107 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e art. 135 do Decreto Municipal n. 2236/2024.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega e recebimento do objeto, observação o que constam no contrato e seus anexos.

#### **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos TERMO DE REFERÊNCIA.

6.2. Os pagamentos devidos ao contratado em até 30 dias da emissão da nota fiscal devidamente vistada pelo fiscal de contrato.

6.3. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Administração, ao valor devido incidirá aplicação da Taxa Selic, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))**

7.1. Os preços inicialmente contratados terão seus reajustes de conformidade com a Lei 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))**

8.1. São obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos;
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas;
- h) Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i) A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Entregar o objeto acompanhado, *quando cabível*, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.
- c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- g) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- h) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- i) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- j) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação.
- k) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- m) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
- n) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- o) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- p) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
- q) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência (Lei nº 8.213/91), para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).
- r) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIAS ([art. 92, XII e XIII](#))**

10.1 A presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA.

10.2. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

11.1. As infrações e sanções administrativas encontram-se delineadas nos termos do Decreto Municipal nº 2.236/2024.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado ou, quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

a) Na hipótese de que trata este subitem, o contratado deverá ser notificado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e,
- c) Indenizações e multas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

**Ficha nº 121**– Órgão/Unidade: 02.04 – Secretaria Municipal de Educação – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo - 0.05.00 200.001 QSE

**Ficha nº 076** – Órgão/Unidade: 02.04 – Secretaria Municipal de Educação – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo - 0.05.00 200.001 QSE

**Ficha nº 229** – Órgão/Unidade: 02.06 – Secretaria Municipal de Educação – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo - 0.01.00 230.000

**Ficha nº 506** – Órgão/Unidade: 02.10 – Secretaria Municipal de Educação – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo - 0.05.00 500.029

13.2. Estendendo-se a contratação para o exercício financeiro seguinte, a dotação relativa será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal [nº. 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#).

15.2. O valor contratual poderá ser revisto, a pedido do fornecedor ou por iniciativa da Administração, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato superveniente que eleve os



preços.

15.3. Quando o valor contratual se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado.

15.4. Quando o preço de mercado se tornar superior ao valor contratual e o fornecedor não puder cumprir o contrato, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

15.5. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do fornecedor, cabendo à Administração a análise e deliberação a respeito do pedido.

15.6. Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor contratado, sob pena de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, e, eventual rescisão.

15.7. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.8. Registros que não caracterizam alteração do pacto podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município, na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Barretos/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

Colômbia/SP, .... de.....de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBIA**

**CONTRATADO:** xxx

**CONTRATO Nº xxxx/2026 - PROCESSO Nº xxx/2026**

**OBJETO:** XX

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: **Dr. Evandro Maximiano Viana - OAB/SP 247334**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Colômbia/SP, .... de.....de 2025.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: Julio Cesar dos Santos

Cargo: Prefeito Municipal

CPF. nº. xxxxxxxxxx

Assinatura:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: Julio Cesar dos Santos

Cargo: Prefeito Municipal

CPF. nº. xxxxxxxxxxxx

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: Julio Cesar dos Santos

Cargo: Prefeito Municipal

CPF. nº. xxxxxxxxxxxx

Assinatura: \_\_\_\_\_

**PELA CONTRATADA:**

Nome: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Cargo: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CPF. nº xxxxxxxxxxxx

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: Julio Cesar dos Santos

Cargo: Prefeito Municipal

CPF. nº. xxxxxxxxxxxx

Assinatura: \_\_\_\_\_